



Processo Licitatório Nº 0016/2024
Pregão Eletrônico Nº 0009/2024
CONTRATO Nº 0198/2024

DAS PARTES

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE CAPINZAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n. 82.939.406/0001-07, com sede Administrativa situada na Rua Carmello Zócolli, nº 155, Centro, CEP 89.665-000, no Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, através da Autoridade Competente: SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, a Sra. VERANICE MARIA LOVATEL, inscrita no CPF-MF sob o nº 637.XXX.609-XX, designado CONTRATANTE;

CONTRATADA: A empresa **GOLD SERVICE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.764.609/0002-43, com sede à RUA MANOEL ANIBAL PEREIRA, nº. 481, DOM BOSCO, ITAJAÍ, CEP 88307-070, e-mail licitacoes@goldserviceac.com.br, telefone (48) 98860-8902, representada neste ato pelo(a) seu(ua) Administrador/Procurador(a) Sr. ALISSON FREITAS MERCHED, inscrito (a) no CPF sob o n. 518.XXX.832-XX, doravante simplesmente designada CONTRATADA;

Nos termos do Processo Licitatório na modalidade de Pregão supracitados, normas da Lei Federal n. 14.133/21 e suas alterações posteriores, Decreto n. 10.024 de 2019, Decretos Municipais n. 025/23, n. 029/23, n. 030/23, n. 049/23 e Lei Municipal n. 269/23 firmam o presente contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Objeto: **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância armada para as Escolas da Rede Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Capinzal, com fornecimento de todos os insumos e materiais (uniformes e equipamentos) a serem utilizados na execução dos serviços.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

2.1. O objeto deste contrato deverá ser executado em estrita obediência ao presente instrumento, devendo ser observados integralmente o procedimento de licitação e seus anexos, bem como a proposta elaborada pela CONTRATADA, passando tais documentos a fazer parte integrante do presente instrumento, para todos os fins de



direito, sendo qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro, considerado especificado e válido.

2.2. IMPORTANTE, conforme Termo de Referência, Anexo I:

| <u>ESPECIFICAÇÕES</u> | |
|-----------------------------------|--|
| PRAZO DE VIGÊNCIA: | 12 meses. |
| PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO: | Conforme determinado em cada item, exceto período de férias escolares que permanecerão apenas 2 unidades escolares em funcionamento. |
| LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO: | Unidades municipais de ensino e departamentos indicados pela Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, conforme descrito em cada item. |
| CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: | Mensal, após execução e apresentação das respectivas notas fiscais acrescidas de mais documentos caso a Autoridade competente julgue necessário, no prazo de <u>até 20</u> (vinte) dias úteis. |
| VALIDADE DA PROPOSTA: | 60 (sessenta) dias. |
| FISCAL DE CONTRATO: | Kerolin Serafini, conforme portaria nº 0015/2024. |

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O preço certo e ajustado entre as partes pela perfeita execução/entrega do objeto do presente contrato é de **R\$ 1.252.999,92 (um milhão, duzentos e cinquenta e dois mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos)**, conforme proposta apresentada pela contratada especificada abaixo:

| Item | Unid. | Qdte | Especificação | Valor unitário | Valor total |
|------|-------|------|---|----------------|---------------|
| 1. | Mês | 12 | Prestação de serviço de VIGILÂNCIA ARMADA para a ESCOLA MUNICIPAL VIVER E CONHECER , situada na Rua Gracia Gramázio Pereira de Lima, 15, Loteamento São João Centro, Capinzal – SC. Horário de cobertura - das 7h15min às 11h45m e das 12h45min às 17h15min. O vigilante deverá: manter sob segurança e controle a entrada e a saída dos alunos e demais pessoas nas unidades de ensino, realizar rondas nas áreas sob segurança, encaminhar à recepção pessoas estranhas ao convívio da unidade e identificá-las, impedir a entrada de pessoas não | 5.893,00 | R\$ 70.716,00 |



| | | | | | |
|----|-----|----|--|----------|---------------|
| | | | autorizadas, atentar para quaisquer atitudes suspeitas na entrada e saída de pessoas, funcionários e alunos e comunicar imediatamente a Direção da Escola e a Segurança Pública. Além disso, é de suma importância que os vigilantes adotem todos os cuidados e precauções indispensáveis ao manuseio de armamento, para que não haja disparos acidentais e não venha causar situações indesejáveis. | | |
| 2. | Mês | 12 | Prestação de serviço de VIGILÂNCIA ARMADA, EM BELISÁRIO PENA , Rua Dona Linda Santos nº 605 – Centro, Capinzal – SC. Horário de cobertura 7h15min às 11h45min e das 12h45min às 17h15min. O vigilante deverá: manter sob segurança e controle a entrada e a saída dos alunos e demais pessoas nas unidades de ensino, realizar rondas nas áreas sob segurança, encaminhar à recepção pessoas estranhas ao convívio da unidade e identificá-las, impedir a entrada de pessoas não autorizadas, atentar para quaisquer atitudes suspeitas na entrada e saída de pessoas, funcionários e alunos e comunicar imediatamente a Direção da Escola e a Segurança Pública. Além disso, é de suma importância que os vigilantes adotem todos os cuidados e precauções indispensáveis ao manuseio de armamento, para que não haja disparos acidentais e não venha causar situações indesejáveis | 5.893,00 | R\$ 70.716,00 |
| 3. | Mês | 12 | Prestação de serviço de VIGILÂNCIA ARMADA para a Escola BERNARDO MORO SOBRINHO , Rua Danilo Galileu Piccoli nº 400, Vila Sete de Julho, Capinzal – SC. Horário de cobertura- das 7h15min às 11h45m e das 12h45min às 17h15min. O vigilante deverá: manter sob segurança e controle a entrada e a saída dos alunos e demais pessoas nas unidades de ensino, realizar rondas nas áreas sob segurança, encaminhar à recepção pessoas estranhas ao convívio da unidade e identificá-las, impedir a entrada de pessoas não autorizadas, atentar para quaisquer atitudes suspeitas na entrada e saída de | 5.893,00 | R\$ 70.716,00 |



| | | | | | |
|----|-----|----|---|----------|---------------|
| | | | peças, funcionários e alunos e comunicar imediatamente a Direção da Escola e a Segurança Pública. Além disso, é de suma importância que os vigilantes adotem todos os cuidados e precauções indispensáveis ao manuseio de armamento, para que não haja disparos acidentais e não venha causar situações indesejáveis | | |
| 4. | Mês | 12 | Prestação de serviço de VIGILÂNCIA ARMADA para a Escola Dr. VILSON PEDRO KLEINUBING , Rua Santo Domenico Causa, nº 45, Loteamento Parizotto, Capinzal/SC. Horário de cobertura - das 7h15min às 11h45m e das 12h45min às 17h15min. O vigilante deverá: manter sob segurança e controle a entrada e a saída dos alunos e demais pessoas nas unidades de ensino, realizar rondas nas áreas sob segurança, encaminhar à recepção pessoas estranhas ao convívio da unidade e identificá-las, impedir a entrada de pessoas não autorizadas, atentar para quaisquer atitudes suspeitas na entrada e saída de pessoas, funcionários e alunos e comunicar imediatamente a Direção da Escola e a Segurança Pública. Além disso, é de suma importância que os vigilantes adotem todos os cuidados e precauções indispensáveis ao manuseio de armamento, para que não haja disparos acidentais e não venha causar situações indesejáveis | 5.893,00 | R\$ 70.716,00 |
| 5. | Mês | 12 | Prestação de serviço de VIGILÂNCIA ARMADA para a Escola CONSTRUINDO SONHOS , Rua 18 de dezembro S/N, Loteamento Novo Horizonte, Capinzal/SC. Horário de cobertura das 7h15min às 11h45m e das 12h45min às 17h15min. O vigilante deverá: manter sob segurança e controle a entrada e a saída dos alunos e demais pessoas nas unidades de ensino, realizar rondas nas áreas sob segurança, encaminhar à recepção pessoas estranhas ao convívio da unidade e identificá-las, impedir a entrada de pessoas não autorizadas, atentar para quaisquer atitudes suspeitas na entrada e saída de pessoas, funcionários e alunos e comunicar | 5.893,00 | R\$ 70.716,00 |



| | | | | | |
|----|-----|----|--|----------|---------------|
| | | | imediatamente a Direção da Escola e a Segurança Pública. Além disso, é de suma importância que os vigilantes adotem todos os cuidados e precauções indispensáveis ao manuseio de armamento, para que não haja disparos acidentais e não venha causar situações indesejáveis | | |
| 6. | Mês | 12 | Prestação de serviço de VIGILÂNCIA ARMADA para a Escola IVO SILVEIRA , distrito de Alto Alegre, comunidade do interior. Horário de cobertura - das 7 horas às 16h30min. O vigilante deverá: manter sob segurança e controle a entrada e a saída dos alunos e demais pessoas nas unidades de ensino, realizar rondas nas áreas sob segurança, encaminhar à recepção pessoas estranhas ao convívio da unidade e identificá-las, impedir a entrada de pessoas não autorizadas, atentar para quaisquer atitudes suspeitas na entrada e saída de pessoas, funcionários e alunos e comunicar imediatamente a Direção da Escola e a Segurança Pública. Além disso, é de suma importância que os vigilantes adotem todos os cuidados e precauções indispensáveis ao manuseio de armamento, para que não haja disparos acidentais e não venha causar situações indesejáveis | 6.395,22 | R\$ 76.742,64 |
| 7. | Mês | 12 | Prestação de serviço de VIGILÂNCIA ARMADA para a Escola CARLOS JAIME DA ROCHA / CMEI MUNDO COLORIDO , em Lindemberg, comunidade do interior. Horário de cobertura - das 7 horas às 17h15min. O vigilante deverá: manter sob segurança e controle a entrada e a saída dos alunos e demais pessoas nas unidades de ensino, realizar rondas nas áreas sob segurança, encaminhar à recepção pessoas estranhas ao convívio da unidade e identificá-las, impedir a entrada de pessoas não autorizadas, atentar para quaisquer atitudes suspeitas na entrada e saída de pessoas, funcionários e alunos e comunicar imediatamente a Direção da Escola e a Segurança Pública. Além disso, é de suma | 7.530,30 | R\$ 90.363,60 |



| | | | | | |
|----|-----|----|---|----------|----------------|
| | | | importância que os vigilantes adotem todos os cuidados e precauções indispensáveis ao manuseio de armamento, para que não haja disparos acidentais e não venha causar situações indesejáveis | | |
| 8. | Mês | 12 | <p>Prestação de serviço de VIGILÂNCIA ARMADA para a Escola ERNESTO HACHMANN / CMEI FADA MADRINHA, em Barro Preto, comunidade do interior, Capinzal/SC. Horário de cobertura - das 7 horas às 16h45min.</p> <p>O vigilante deverá: manter sob segurança e controle a entrada e a saída dos alunos e demais pessoas nas unidades de ensino, realizar rondas nas áreas sob segurança, encaminhar à recepção pessoas estranhas ao convívio da unidade e identificá-las, impedir a entrada de pessoas não autorizadas, atentar para quaisquer atitudes suspeitas na entrada e saída de pessoas, funcionários e alunos e comunicar imediatamente a Direção da Escola e a Segurança Pública. Além disso, é de suma importância que os vigilantes adotem todos os cuidados e precauções indispensáveis ao manuseio de armamento, para que não haja disparos acidentais e não venha causar situações indesejáveis</p> | 6.676,49 | R\$ 80.117,88 |
| 9. | Mês | 12 | <p>Prestação de serviço de VIGILÂNCIA ARMADA para a CRECHE PRIMEIROS PASSOS, situada no Acesso Cidade Alta, nº 3663, Bairro São Cristóvão, Capinzal – SC. Horário de cobertura - das 6h45min às 18h45min.</p> <p>O vigilante deverá: manter sob segurança e controle a entrada e a saída dos alunos e demais pessoas nas unidades de ensino, realizar rondas nas áreas sob segurança, encaminhar à recepção pessoas estranhas ao convívio da unidade e identificá-las, impedir a entrada de pessoas não autorizadas, atentar para quaisquer atitudes suspeitas na entrada e saída de pessoas, funcionários e alunos e comunicar imediatamente a Direção da Escola e a</p> | 8.456,04 | R\$ 101.472,48 |



| | | | | | |
|-----|-----|----|--|----------|----------------|
| | | | Segurança Pública. Além disso, é de suma importância que os vigilantes adotem todos os cuidados e precauções indispensáveis ao manuseio de armamento, para que não haja disparos acidentais e não venha causar situações indesejáveis | | |
| 10. | Mês | 12 | Prestação de serviço de VIGILÂNCIA ARMADA para o CMEI CONQUISTANDO MEU ESPAÇO , Rua Angelo Olivo nº 492 – Sta Maria, Capinzal/SC. Horário de cobertura das 6h45min às 18h45min. O vigilante deverá: manter sob segurança e controle a entrada e a saída dos alunos e demais pessoas nas unidades de ensino, realizar rondas nas áreas sob segurança, encaminhar à recepção pessoas estranhas ao convívio da unidade e identificá-las, impedir a entrada de pessoas não autorizadas, atentar para quaisquer atitudes suspeitas na entrada e saída de pessoas, funcionários e alunos e comunicar imediatamente a Direção da Escola e a Segurança Pública. Além disso, é de suma importância que os vigilantes adotem todos os cuidados e precauções indispensáveis ao manuseio de armamento, para que não haja disparos acidentais e não venha causar situações indesejáveis | 8.456,04 | R\$ 101.472,48 |
| 11. | Mês | 12 | Prestação de serviço de VIGILÂNCIA ARMADA para o CMEI PINGUINHO DE GENTE – sede, Rua José Vicari nº 252, Centro, Capinzal/SC. Horário de cobertura - das 6h45min às 18h45min. O vigilante deverá: manter sob segurança e controle a entrada e a saída dos alunos e demais pessoas nas unidades de ensino, realizar rondas nas áreas sob segurança, encaminhar à recepção pessoas estranhas ao convívio da unidade e identificá-las, impedir a entrada de pessoas não autorizadas, atentar para quaisquer atitudes suspeitas na entrada e saída de pessoas, funcionários e alunos e comunicar imediatamente a Direção da Escola e a Segurança Pública. Além disso, é de suma importância que os vigilantes adotem todos os cuidados e precauções | 8.456,04 | R\$ 101.472,48 |



| | | | | | |
|-----|-----|----|--|----------|----------------|
| | | | indispensáveis ao manuseio de armamento, para que não haja disparos acidentais e não venha causar situações indesejáveis | | |
| 12. | Mês | 12 | <p>Prestação de serviço de VIGILÂNCIA ARMADA para o CMEI PINGUINHO DE GENTE – Extensão, Rua Ernesto Hachmann – Centro, Capinzal/SC. Horário de cobertura – das 6h45min às 18h45min.</p> <p>O vigilante deverá: manter sob segurança e controle a entrada e a saída dos alunos e demais pessoas nas unidades de ensino, realizar rondas nas áreas sob segurança, encaminhar à recepção pessoas estranhas ao convívio da unidade e identificá-las, impedir a entrada de pessoas não autorizadas, atentar para quaisquer atitudes suspeitas na entrada e saída de pessoas, funcionários e alunos e comunicar imediatamente a Direção da Escola e a Segurança Pública. Além disso, é de suma importância que os vigilantes adotem todos os cuidados e precauções indispensáveis ao manuseio de armamento, para que não haja disparos acidentais e não venha causar situações indesejáveis</p> | 8.456,04 | R\$ 101.472,48 |
| 13. | Mês | 12 | <p>Prestação de serviço de VIGILÂNCIA ARMADA para a CRECHE CRESCENDO JUNTOS, Avenida José Leonardo Santos nº 1665, Vila 7 Julho, Capinzal/SC. Horário de cobertura - das 6h45min às 18h45min.</p> <p>O vigilante deverá: manter sob segurança e controle a entrada e a saída dos alunos e demais pessoas nas unidades de ensino, realizar rondas nas áreas sob segurança, encaminhar à recepção pessoas estranhas ao convívio da unidade e identificá-las, impedir a entrada de pessoas não autorizadas, atentar para quaisquer atitudes suspeitas na entrada e saída de pessoas, funcionários e alunos e comunicar imediatamente a Direção da Escola e a Segurança Pública. Além disso, é de suma importância que os vigilantes adotem todos os cuidados e precauções indispensáveis ao manuseio de armamento, para que não haja disparos acidentais e não venha causar situações</p> | 8.456,04 | R\$ 101.472,48 |



| | | | | | |
|-----|-----|----|--|----------|----------------|
| | | | indesejáveis | | |
| 14. | Mês | 12 | <p>Prestação de serviço de VIGILÂNCIA ARMADA para a ESCOLA DE MÚSICA, na Rua Ernesto Hachmann, 505, térreo do Centro Educacional Prefeito Celso Farina. Horário de cobertura -das 17 horas às 21 horas.</p> <p>O vigilante deverá: manter sob segurança e controle a entrada e a saída dos alunos e demais pessoas nas unidades de ensino, realizar rondas nas áreas sob segurança, encaminhar à recepção pessoas estranhas ao convívio da unidade e identificá-las, impedir a entrada de pessoas não autorizadas, atentar para quaisquer atitudes suspeitas na entrada e saída de pessoas, funcionários e alunos e comunicar imediatamente a Direção da Escola e a Segurança Pública. Além disso, é de suma importância que os vigilantes adotem todos os cuidados e precauções indispensáveis ao manuseio de armamento, para que não haja disparos acidentais e não venha causar situações indesejáveis</p> | 3.613,41 | R\$ 43.360,92 |
| 15. | Mês | 12 | <p>Prestação de serviço de VIGILÂNCIA ARMADA para a CRECHE VERDES CAMPOS, situada no Loteamento Universitário, Capinzal-SC, Rua Antônio Pizzamiglio, Lote 25, Quadra 387. Horário de cobertura - das 6h45min às 18h45min.</p> <p>O vigilante deverá: manter sob segurança e controle a entrada e a saída dos alunos e demais pessoas nas unidades de ensino, realizar rondas nas áreas sob segurança, encaminhar à recepção pessoas estranhas ao convívio da unidade e identificá-las, impedir a entrada de pessoas não autorizadas, atentar para quaisquer atitudes suspeitas na entrada e saída de pessoas, funcionários e alunos e comunicar imediatamente a Direção da Escola e a Segurança Pública. Além disso, é de suma importância que os vigilantes adotem todos os cuidados e precauções indispensáveis ao manuseio de armamento, para que não haja disparos acidentais e não venha causar situações indesejáveis</p> | 8.456,04 | R\$ 101.472,48 |



3.2. No preço fixado nesta cláusula compreende todas as despesas e custos que, direta ou indiretamente, tenham relação com a perfeita execução/entrega deste contrato, constituindo-se na única remuneração devida.

3.3. Os preços contratados, em moeda corrente brasileira, serão fixos e irrevogáveis, considerando o prazo de vigência contratual, vedado qualquer reajustamento de preços contrário aos termos legais.

3.4. **O pagamento será efetuado mensalmente, após a execução**, mediante depósito bancário em conta corrente de titularidade da CONTRATADA, no prazo de até 20 (vinte) dias consecutivos após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, para execução dos processos administrativos e contábeis, até o efetivo pagamento.

3.5. O pagamento será efetuado mediante apresentação da Nota Fiscal, e a respectiva Autorização de Fornecimento, com o comprovante de entrega no verso da mesma, devendo estar anexados à nota fiscal os comprovantes de regularidade – Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa Federal, Estadual, Municipal, Trabalhista e Comprovante de Regularidade do FGTS.

3.5.1. Não serão efetuados pagamentos antecipados.

3.6. O Poder Executivo do Município de Capinzal, ao efetuar pagamento a pessoa jurídica, referente a qualquer serviço ou mercadoria, contratado e prestado, procederá a retenção do Imposto de Renda – IR, em observância ao disposto no Decreto Municipal n. 083, de 18 de julho de 2023, que “Dispõe sobre os procedimentos relativos à retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre os rendimentos pagos a pessoas jurídicas pela Administração Pública Direta e Indireta, e Câmara de Vereadores do Município de Capinzal, SC, e dá outras providências”, bem como em observância o disposto no art. 64, da Lei Federal nº [9.430](#) de 1996, no art. 15, da Lei Federal nº 9.249 de 1995, e, também, na Instrução Normativa nº 1234/2012, com alterações dadas pela Instrução Normativa nº 2.145/2023 da Receita Federal do Brasil.

3.6.1. Não se aplica a retenção de imposto de renda prevista no Decreto Municipal n. 083/2023 aos optantes do Simples Nacional, incluindo-se os Microempreendedores Individuais – MEI, na forma da Instrução Normativa nº 765 da Receita Federal do Brasil, além das pessoas jurídicas amparadas por isenção, imunidade, não incidência ou alíquota zero de imposto de renda conforme o artigo 4º da Instrução Normativa 1234/2012.



3.6.2. Na forma do art. 2º do Decreto Municipal n. 083/2023, nos documentos fiscais com data de emissão posteriores a 1º de agosto de 2023 deverá constar a informação da retenção do IR, sob pena de devolução da referida Nota Fiscal para correção.

3.7. A nota fiscal que eventualmente for apresentada com erros ou inconsistências será devolvida à CONTRATADA para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item 3.4 os dias que se passarem entre a data de devolução e a de sua reapresentação.

3.8. Antes de ser efetuado o pagamento será verificada a regularidade da CONTRATADA com relação aos documentos de habilitação, conforme determinado em Lei, cujos documentos serão anexados no processo de pagamento.

3.9. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.10. A CONTRATANTE somente atestará a entrega e liberará a Nota Fiscal/Fatura para pagamento, quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas decorrentes da execução do objeto do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária, prevista na Lei Orçamentária do Exercício vigente:

➤ Rubrica Orçamentária: Recursos 100% Municipais.

| ➤ RUBRICA ORÇAMENTÁRIA - 2024: | | |
|--|--|--------------------------------|
| ➤ Órgão: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES | | |
| ➤ Unidade: 02 – DIRETORIA DE CULTURA | | |
| REDUZIDO | PROJETO ATIVIDADE | ELEMENTO DESPESA |
| 94/0000 Recurso Ordinário | 2043- Manutenção do Ensino Fundamental e Profissionais do Magistério | 3.3.90.00 – Aplicações Diretas |
| 119/0000 Recurso Ordinário | 2065- - Manutenção das atividades da Cultura | 3.3.90.00 – Aplicações Diretas |

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA EXECUÇÃO CONTRATUAL



5.1. O presente Contrato terá prazo de execução conforme determinado em cada item, exceto período de férias escolares que permanecerão apenas 2 unidades escolares em funcionamento, conforme solicitação da Secretaria Competente, podendo ser prorrogado, excepcionalmente, na ocorrência das hipóteses previstas em Lei.

5.2. O contrato decorrente desta licitação terá prazo de vigência de 12 meses e poderá ser prorrogado considerando o disposto nos Art. 105 a 114 da Lei 14.133/21, desde que haja interesse por parte da Administração Pública.

5.2.1 O contrato terá vigência por 12 meses, mas os serviços serão utilizados por 11 meses na maioria das escolas, apenas 2 unidades de educação infantil permanecerão em funcionamento no período de férias escolares, necessitando dos serviços por 12 meses.

5.3. Na contagem do prazo de vigência estabelecido neste instrumento, excluir-se-á o dia da publicação e incluir-se-á o do vencimento, conforme disposto no Art. 183 da Lei nº. 14.133/2021.

5.4. O presente contrato poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos previstos no Art. 124 da Lei 14.133/2021 desde que devidamente comprovados, sempre através da formalização de termos aditivos, conforme especificações contidas na Minuta de Contrato deste Instrumento.

5.5. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados, conforme Art. 134 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

6.1.1. Entregar o objeto deste Contrato na forma, condições e prazos estipulados pela CONTRATANTE e de acordo com a proposta apresentada, parte integrante deste instrumento, bem como cumprir com todas as normas e determinações necessário para a entrega, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas.



6.1.2. Dar ciência à CONTRATANTE, imediatamente e formalmente, de qualquer anormalidade que venha a verificar na entrega/execução, mesmo que estes não sejam de sua competência.

6.1.3. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

6.1.4. Refazer, corrigir, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os produtos que venham a apresentar desconformidades com as exigências especificadas no respectivo procedimento de Licitação, sem ônus à CONTRATANTE, nos termos do que assegura a Lei n. 14.133/21.

6.1.5. Manter durante a execução do Contrato todas as condições mínimas de habilitação e qualificação exigidas.

6.1.6. A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do que assegura a Lei n. 14.133/21.

6.1.7. A CONTRATADA terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis, após formalmente convocada, para assinar este Contrato.

6.2. São obrigações do Município CONTRATANTE:

6.2.1. Comunicar à CONTRATADA toda e quaisquer ocorrências relacionadas com a entrega/execução do objeto deste contrato.

6.2.2. Fornecer à CONTRATADA todos os elementos e informações indispensáveis ao fiel cumprimento deste contrato.

6.2.3. Notificar a CONTRATADA, formalmente, de quaisquer irregularidades ou imperfeições que venham a ocorrer, em função da entrega do objeto deste contrato, visando a sua regularização.

6.2.4. A CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, o produto/serviço que a CONTRATADA executar em desacordo com as especificações do Processo de Licitação e do presente contrato.

6.2.5. Efetuar os pagamentos no prazo e forma estabelecidos na Cláusula Terceira.



6.2.6. Providenciar a respectiva publicação, em resumo, do extrato do presente instrumento e de eventuais aditivos, na imprensa oficial, na forma prevista em Lei.

6.2.6.1. As despesas resultantes da publicação e de seus eventuais aditivos correrão por conta da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

7.1. A fiscalização do presente contrato será realizada por servidor designado, atendendo o disposto no art. 117 da Lei n. 14.133/2021.

7.2. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 119 e 120 da Lei Federal n.14.133, de 2021.

7.3. São atribuições do fiscal do contrato, designado pelo Ordenador de Despesa dos Órgãos da Administração Municipal Direta:

- I - esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;
- II - expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços;
- III - proceder às medições dos serviços executados;
- IV - adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, da realização de serviços ou da execução de obras;
- V - conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;
- VI - proceder às avaliações dos serviços executados pela contratada;
- VII - dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;
- VIII - realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
- IX - abrir processo administrativo e o encaminhar, com vistas à apuração de eventuais irregularidades e aplicação das respectivas sanções previstas em contrato; e,
- X - outras atividades compatíveis com a função ou especificados na Ata de Registro de Preços.

7.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.



10.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

10.6. O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1. O Contratado terá responsabilidade administrativa pelas infrações previstas no Art. 155 da Lei 14.133/2021, sendo as seguintes:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

8.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as sanções previstas no Art. 156 da Lei 14.133/2021, sendo as seguintes:

- I - advertência;
 - II - multa;
 - III - impedimento de licitar e contratar;
 - IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- § 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;



- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.3. A aplicação das sanções ao responsável pelas infrações administrativas seguirá as disposições previstas nos art. 156 a 163, da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto estão sujeitos as condições estabelecidas no Edital e seus anexos e demais documentos que fazem parte de instrumento.

9.2. O Objeto deste contrato será recebido em obediência ao constante no Art. 140 da Lei 14.133/2021:

I - em se tratando de obras e serviços:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

II - em se tratando de compras:

a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

9.3. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

9.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.



CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1. Poderá este Contrato ter extinção na forma da lei, pela ocorrência das situações previstas no Art. 137,138 e 139 da Lei 14.133/2021.

10.2. Os casos de rescisão e/ou extinção contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, precedidos de autorização formal fundamentada da autoridade competente e assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10.3. Na hipótese de se operar a rescisão do presente Contrato, a CONTRATADA reconhece, desde logo, o direito da CONTRATANTE de adotar, no que couber, as medidas previstas nos Art. 155 e 156 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

11.1. É vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto do Contrato, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, constituindo sua inobservância, motivo para rescisão do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DOS CASOS OMISSOS

12.1. O presente Contrato encontra-se vinculado ao Processo Licitatório que o originou, cujo Edital e seus anexos considerados como partes integrantes, sendo os casos omissos resolvidos à luz da Lei n.14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

13.1. A troca eventual de documentos entre o Município de Capinzal e a CONTRATADA será feita formalmente, mediante protocolo ou através de e-mail.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO REAJUSTE CONTRATUAL E DA REPACTUAÇÃO

14.1. O preço proposto pela CONTRATADA é fixo e irajustável, durante a vigência contratual inicialmente prevista. No entanto, na hipótese de se efetivar a prorrogação prevista neste instrumento, após 12 (doze) meses o preço poderá ser reajustado com base no IPCA/IBGE (Índice de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto de Geografia e Estatística), ou outro que este Município julgar plausível no momento atual. Tal reajuste será efetuado com base nos últimos 12 (doze) meses consecutivos, contados da data final prevista para apresentação da proposta de preços. E caberá a licitante vencedora solicitar (via protocolo) o reajuste de preços do seu contrato.



14.2. Conforme cita o parágrafo oitavo do artigo 25 da Lei nº 14.133/21, na hipótese de regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra é cabível a repactuação, mediante demonstração analítica da variação dos custos.

14.2.1. Conforme cita o parágrafo oitavo do artigo 135 da Lei nº 14.133/21:

§ 1º A Administração não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

§ 2º É vedado a órgão ou entidade contratante vincular-se às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.

§ 3º A repactuação deverá observar o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação.

§ 4º A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

§ 5º Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação a que se refere o inciso II do caput deste artigo poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação.

§ 6º A repactuação será precedida de solicitação do contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

14.2.2. O prazo da Administração Pública para resposta ao pedido de repactuação de preços será de 30 (trinta) dias, contado da data do fornecimento da documentação prevista no item 23.2 deste instrumento convocatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca de Capinzal, Estado de Santa Catarina, renunciando expressamente a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja, para

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - www.capinzal.sc.gov.br – Setor de Licitação

Contatos: (49) 3555 8700 (49) 3555 8769



dirimir quaisquer questionamentos, porventura, relacionados à execução do presente contrato.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas ao final subscritas, a fim de que produza seus efeitos legais, cujo instrumento ficará arquivado, em uma via, no Município de Capinzal no respectivo processo licitatório e uma via com a empresa, nos termos do que dispõe a Lei 14.133/2021.

Capinzal, SC, 27 de maio de 2024.

GOLD SERVICE VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA

ALISSON FREITAS MERCHED

Representante Legal

CONTRATADA

VERANICE MARIA LOVATEL

Secretária da Educação, Cultura e Esportes

CONTRATANTE

Testemunhas:

Nome: Leila Dambrós
CPF: 030.XXX.619-XX

Nome: Witor de Jesus
CPF: 095.XXX.359-XX